

“A RESPEITO DA DÍVIDA DOS PROFESSORES PARA COM A SOCIEDADE (MASCULINA E FEMININA)”: EXPECTATIVAS E DEMANDAS DO ESTADO GREGO RELATIVAS AO PAPEL DO PROFESSOR NO SÉCULO XIX¹

“With regards to the debt owed to society from teachers (male and female)”:-Expectations and Demands of the Greek State with regards to the Teaching Role in the 19th Century

Efstratios Vacharoglou²

RESUMO

O trabalho do professor no século XIX envolveu o Estado grego e as autoridades locais (comunidades) que tinham responsabilidade pelo funcionamento das escolas. As expectativas e as exigências dos acionistas e do Estado estão registradas como fontes primárias. A legislação e cartas circulares dos ministros da educação incluem provisões nas referências diretas e indiretas relativas ao papel do professor e identidade educacional, obrigações sociais e didáticas em detalhes, até mesmo o regulamento de condutas. Por um lado, o surgimento da Lei de Educação Compulsória de 1834 na Grécia; por outro lado, a ideologia dominante de diversificação da escola para moços e moças, criou a necessidade de professores para ambos os sexos e por consequência a preparação de ambos para a profissão docente. Nesse trabalho, estudamos coleções de documentos de legislação educacional, publicadas no Governo Gazette (Gazette) número 11, 11/03/1834, intituladas “On Elementary School” e cartas circulares que chegaram a 1895, tratando da educação primária no Estado grego.

Palavras-chave: legislação educacional, requisitos, papel do docente, regulamento, perspectiva de gênero.

ABSTRACT

Teachers’ work in the 19th century involved the Greek state and Local Authorities (communities) who hold the responsibility for the operation of schools. The expectations and requirements of the stakeholders and the state are recorded at first source. The Legislation, Circulars of the Ministry of Education include provisions in their direct or indirect references to the role of teachers and identify educational, teaching and social obligations in detail right up to the regulation of their behavior. The introduction of Compulsory Education to the Law of 1834 in Greece on the one hand and, on the other hand, the dominant ideology of the need to diversify the education of boys and girls, creating an increased need for teachers of both sexes and that necessitated the need of the participation of women in the teaching profession. In this paper we studied all collections of educational legislation published in the Government Gazette (Gazette) No. 11 on March 3, 1834 entitled “On the Elementary School” and Circulars leading up to 1895 for the operation of primary schools in the Greek state.

Keywords: educational legislation, requirements, teaching role, regulation, gender perspective.

¹ Tradução do original em inglês realizada pelo Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus, do Curso de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, em Minas Gerais, Brasil. E-mail: freitasdejesus.osvaldo09@gmail.com

² Faculdade de Filosofia da Universidade Aristóteles de Salonica (*Aristotle University of Thessaloniki*), na Grécia. E-mail: efsttheo@yahoo.com

O Estado quer escolas, para desenvolver não somente o conhecimento das letras, mas especialmente para criar uma sociedade que seja boa e virtuosa

Ministério para Assuntos Eclesiásticos e Educação Pública,
10/01/1856

A perspectiva do gênero dentro da história da profissão docente tem sido denegrida ou ignorada por muitos anos pelos historiadores da Educação Moderna. Existem referências específicas sobre a história de professoras e sua importância para a docência feminina e para as mulheres em geral, algo longe de ser um conhecimento sistemático e pesquisa completa, cobrindo todos os aspectos e preocupações relevantes. Mais ainda, ideias sobre a profissão docente feminina e a legislação a respeito vêm se acumulando ao redor desse importante eixo no mundo inteiro³.

Sob o ponto de vista da metodologia, seria bom que fosse enfatizado que muito trabalho tem sido feito para identificar obras sistemáticas, para promover e utilizar fontes de tarefas primitivas, para a análise e interpretação, mas especialmente na esfera do método interpretativo. A questão normativa da educação feminina permite explorar a formação gradual de um sistema de habilidades, conhecimento, valores de cada sexo, um sistema de identidade de gênero. Os valores, conhecimentos e habilidade são transferidos inicialmente para as moças das Escolas Femininas e posteriormente para as Escolas Femininas de Ensino Médio, uma área interessante para comparação com os objetivos do Ministério da Educação da Grécia e com as escolas secundárias para moços.

A introdução da educação compulsória, efetivada com uma lei em 1834, de um modo ou de outro, serviu como pressão sobre a ideologia dominante, no sentido de mudança no processo de educação de moços e moças, fomentando a necessidade de

³ Cf. Acker, *Teachers, Gender and Careers*, Routledge, London 1983. Cf. também Mr. Barrett, "Gender and Resistance", *British Journal of Education*, 1988 (10) 1, p. 33-51. Cf. também M. Barrett, "Gender and Class: Marxist-feminist perspectives on education" in: M. Arnot & G. Winer (eds.), *Gender and Politics of Schooling*, Hyman, London, 1989. Cf. também K. Weiler, "Women's history and history of women teachers", *Journal of Education*, 1989 vol. 171, n. 3, p. 09-24. Cf. K. Weiler, "Reflections and writing a history of women teachers", *Harvard Educational Review*, 1997, vol. 67, n. 4, p. 635-657. Cf. J. C. Blickenstaff, *Women and science careers: leaky pipeline or gender filter?*, Gender and Education of Teachers Gender and Education Series, Taylor and Francis 1993. Cf. Andy Hargreaves (ed.), Michael G. Fullan (ed.), *Understanding Teacher Development*, Teachers College Press 1992. Cf. S. Acker, "Feminist theory and the study of gender and education", *International Review of Education*, vol. 33, n. 4, p. 419-435. Cf. A. Kelly, "Gender differences in teacher-pupil interactions: a meta-analytic review", *Research Education* 39, 1988, p. 1-23. Cf. differences in teacher-pupil interactions: a meta-cyclic review". *Research and Education* 39, 1988, p. 01-23. Cf. M. Theobald, "Teachers, memory and oral history, in: Kathleen Weiler & Sue Middleton (ed.). *Telling Women's Lives*, Open University Press, 1999, p. 9-24. Cf. M. Theobald, *Knowing Women's Education in Nineteenth-Century Australia*, Melbourne, Cambridge University Press 1996, capítulo 5. Cf. B. Gluck and D. Patai (eds.), *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*, Routledge, New York 1991, p.1. Cf. A. Prentice and Theobald (eds.), *Women Who Taught: Perspectives on the history of Women and Teaching*, University of Toronto Press 1991. Cf. J. Alblsetti, *The Feminization of Teaching in the Nineteenth Century: a comparative perspective*, *History of Education* 22(3) 1993, p. 253-263. Cf. N. Hoffmann, *Woman's True Profession: Voices from the History of Teaching*, New York, Feminist Press, 1981. Cf. McGraw-Hill P. W. Kaufman, *Women Teachers of the Frontier*. New Haven, CT: Yale University Press, 1984. Cf. L. Perkins, *The History of Blacks in Teaching Growth and Decline within de Profession*, to: D. Warren, *American Teachers: Histories of a Profession at Work*, New York 1989. Cf. J. Martin "The Hope of Biography: The Historical Recovery of Women Educator Activists", *History of Education*, vol. 32 (2003), p. 225. Cf. J. C. Cammack & D. Kalbach-Phillips, "Discourses and Subjectivities of Gendered Teacher", *Gender Education* 14(2) 2002, p. 123-133. Cf. J. Dillabough, "Gender Politics and Conceptions of the Modern Teacher: women, identity and professionalism", *British Journal of Sociology of Education*, 20(3) 1999, p. 373-394. Cf. M. Tamboukou, "The Paradox of Being a Woman Teacher", *Gender Education*, 12(4) 2000, p. 463-478.,

professores para ambos os sexos. Desse modo, tornou-se necessário envolver mais a mulher na profissão docente⁴. O motivo da inclusão da profissão docente também como feminina deriva do Estado considerar a escola uma extensão da família. Deste modo, o magistério sempre foi considerado muito apropriado para a mulher, por ela ser mais sensível, gostar de criança e ser mais carinhosa e mais tolerante.

Um programa de pesquisa do Departamento de Educação da Aristotelian University of Thessaloniki na Grécia, entre os anos de 2005-2008, que procurou trabalhar a formação da identidade de professores (homens e mulheres) no século XIX, deu ênfase aos aspectos de modelagem, influência e desenvolvimento da teoria pedagógica no perfil e papel do professor masculino e feminino. Uma consideração importante foi o registro das expectativas e das exigências – especialmente com relação ao papel do professor masculino e feminino do ponto de vista das organizações que tinham a responsabilidade de dirigir as escolas.

O trabalho do professor no século XIX está vinculado às autoridades locais (municipalidades) que tinham a responsabilidade de dirigir as escolas. Expectativas e exigências dos mantenedores estão registradas, usando como base as fontes da época. A legislação, circulares do Ministério da Educação, incluíam provisões com referências diretas ao papel do professor, identificando as obrigações sociais, educacionais e instrucionais, detalhadas, a ponto de incluir a disciplina.

Neste artigo, nós estudamos todas as coleções de legislação educacionais que foram publicadas no *Government Gazette*, número 11, de março/1834⁵, intitulado “Escola Elementar”⁶ e circulares que seguiram até 1895⁷, referentes à direção das escolas primárias na Grécia.

⁴ S. Ziougiu-Karastergiou, *The Girl's Secondary Education in Greece (1830-1893)*, Athens, I. A. E. N. 1986, p. 165-175. Cf. A. Lampraki-Paganou, *The Education of Women in Greece during the Ottoman Period*, Athens, 1988. Cf. E. Fournaraki, *Institutrice, Femme et Mere: Idees sur L'Éducation des Femmes Grecques su XIXeme siècle (1830-1880)*, Université Paris VII, 1992.

⁵ O primeiro governo da Grécia depois da revolução grega (1821) e sua libertação do Império Otomano foi I. Kapodistria em 1827. Rivalidades políticas levaram ao assassinato do mesmo e uma guerra civil começou na Grécia, o que levou a Inglaterra, Rússia, Áustria, França e Prússia a intervir, para evitar o pior na vizinhança. Por essa razão, coroaram como rei da Grécia, Otto, um adolescente de 17 anos, filho de Ludwig I da Baviera (Tratado de Londres de 1832). O regime político escolhido foi a monarquia. Por ele ser menor de idade, até 1835, o poder seria regido por um conselho regente, formado por alguns ministros de estado: Armansperg (relações exteriores), George Ludwig von Mauers (educação, justiça e religião) e Chaintek (forças armadas). A regência queria construir um estado moderno, baseado na busca da independência nacional, do absolutismo real e de um sistema de governo centralizado. A educação deveria procurar se igualar àquela dos estados modernos ocidentais. A educação primária constaria de 3 anos e o ginásio também constaria de 3 anos. Em 1837, foi fundada a Polytechnic School, a precursora na universidade de hoje. Como se pode ver, as mulheres ficaram sem uma escola específica para elas. Cf. L. von Maurer, *The Greek People (Heidelberg 1835)*, trad. O. Rombakis, Tolidis (ed.), p. 733-735. Cf. J. Petropoulos, *Politica and State Building in the Greek Kingdom, 1833-1843*, vol. 2, Cultural Foundation of National Bank, Atenas 1985.

⁶ P. I. Klados, *Religious and educational i.e., laws, decrees, circulars, instructions etc. looking unto the Church and Public Education in Greece, exhausted by ecclesiastical affairs and public education ministry*, ed. por Peter I. Klados, secretary À Class in Ministry, Atenas 1860, tendo John Angelopoulos como responsável pela publicação, p. 529-547.

⁷ Cf. Venthyllos, “*Thesmologian*” (legislação) of primary of education, drafted and issued on approval of the ecclesiastical affairs and public education departmanet under George Venthyllos, 2. Vol. 1883-1837, publisher S. K. Vlastos, Atenas 1887. Cf. G. Venthyllos, “*Thesmologian*” (legislação) of primary education drafted and issued on approval of ecclesiastical affairs and public education department under George Venthyllos, 3. Vol. 1887-1892, publisher S. K. Vlastos, Atenas 1892. Cf. G. Venthyllos, “*Tesmologiaon*” (legislação) of primary drafted and issued on approval of the ecclesiastical affairs and public education department under George Venthyllos, 4. Vol. 1893-1898, publisher S. K. Vlastos, Atenas 1898. Cf. Theodore P. Diligianis and G. K. Zinopoulos, *Greek Legislation from 1833 until 1876*, vol. 7, em Atenas 1876, p. 62-69.

1. A respeito das obrigações dos professores

1.1. – Formação de Professores

O professor é uma das peças-chave para a implementação da política educacional na Grécia. Por essa razão, o treinamento e o recrutamento de professores sempre foram questões importantes e variadas, em razão do tipo e objetivo da educação primária.

1.1.1. Antes de 1834: A percepção da necessidade da preparação do especialista, necessário para exercer o cargo de professor, foi formada non Estado Grego Moderno, los intelectuais gregos no período do Iluminismo Grego Moderno e durante o período da criação do Estado Grego. Demetrios Katartis queria um professor totalmente devotado à profissão e por essa razão, o professor deveria ser solteiro e trabalhador, independente da renda do estado.⁸ A decência, moralidade, virtudes, forças, resistência às tentações, a liberdade modesta e honesta eram consideradas necessárias no professor de acordo com Gabriel Kallona.⁹ Esforços sistemáticos com o treinamento do professor, produziram resultados importantes, manifestos durante o período de Capodistria. No verão de 1830, a Standard School foi criada em Aegina, com o objetivo de treinar professores no método Peer (processo de treinamento mútuo). Estudos na Standard School duravam 3 meses, tendo como ênfase principal, treinamento teórico, métodos de ensino e gestão escolar. Essa escola funcionou de julho de 1830 até julho de 1831.

1.1.2. O período de 1834-1878: A administração do primeiro Centro de Ensino (um centro, no qual os professores eram preparados) e dos Amigos da Companhia da Educação era formada dentro um contexto sócio-político e ideológico bem amplo. O Colégio de Educação (Centro de Treinamento) foi criado em abril de 1834 e, no ano seguinte, transferido para Atenas, onde ele funcionou até 1864. Na escola elementar, o processo de aprendizagem mutual foi introduzido, o que permitiu a divulgação de cartas de aprendizagem entre a população. A direção geral do programa de educação do Colégio de Educação deu ênfase e prioridade à educação clássica, tradicional e aos valores nacionais.¹⁰

A duração dos estudos dos candidatos a professor era normalmente de dois anos, mas isso não era muito estável. A Escola de Educação não funcionou entre 1864 até 1878. No caso de escassez de professores examinadores, bancas examinadoras eram formadas para esse fim específico.

⁸ Cf. D. Kathartzis, “Word incentive to do teachers in Greek language, in Respondent science or liberal arts necessary consular language”, in: Th. Dimaras (ed.), *The founding*, O. M. E., ed. Hermes, Atenas 1970, p. 204-212 e 406-414.

⁹ Pedagogia contendo regras úteis sobre como conduzir a educação de crianças. Modelo sintetizado apesar de Ierodidasskalos Aristos Gabriel Kallonas de Andros, em Viena, Áustria 1800, p. 136-159.

¹⁰ Cf. S. Bouzakis, Ch. Tzikas and K. Anthoupoulos, “Training and retraining of male and female teachers and kindergarten teachers in modern Greek state”, ed. Gutenberg, 2000, p. 10-45.

1.1.3. **O período de 1878-1900:** Durante esse período, pensava-se que a educação precisasse de reformas legais profundas, inclusive defendidas no parlamento pelos representantes G. Vakaloupoulos (1870) – I. Vassopoulos (1874), G. Milisis (1877) e Th. Diliyannis (1878).

Todas as categorias de professores eram obrigadas a frequentar a cada dois anos o curso “Modelo de Escola”, aprovado no parlamento por G. Vakapoulos por meio do projeto *Ultimate Training of Primary School Teachers*. De igual modo, a lei de G. Milisis (1877) também permitia a criação de Colégios de Três Classes, voltados para a formação de professores, os quais poderiam receber candidatos que estivessem cursando o último ano do Ensino Médio. No mesmo ano, foi fundada em Piraeus a escola *Paidagogein*, uma instituição primária padrão, na qual o método combinado era praticado sob a direção de Sp. Moraitis. Seguindo a lei de Th. Diliyiannis de 1878, veio a reforma completa da School of Athens. Em 1880, ele fundou o teaching College of Tesslay, o qual foi fechado em 1886 e reaberto em 1891.¹¹

1.2. O modelo de ética do modelo de ética

De acordo com a lei de 1834 e, sobretudo, no que concerne aos artigos 19 e 20, “cada professor é responsável pela limpeza e pela organização de sua escola e tem o dever de estar atento ao cuidado e à reputação de seus estudantes. Por essa razão, ele deve se envolver com o controle de alunos, inclusive acompanhando-os e punindo-os, se fosse o caso. O professor tornou-se assim responsável pela conduta dos alunos no meio interno e externo. Se a conduta do aluno não fosse aprovada, o professor deveria informar os pais ou guardiães, para que se pudesse trabalhar em conjunto, prevenindo o aparecimento de comportamentos indesejados.¹²

O professor, para ganhar o respeito dos estudantes, devia ser um modelo de virtude (moralidade) e competência. Ele também devia ser o tipo que enfatiza o bem (...) sobre o lado afetivo do aluno, assim como o respeito do mesmo pelo bom professor, imparcial e sábio. Falando coletivamente, o professor virtuoso devia apresentar projetos que atraíssem e encorajassem o sentido geral do amor e do respeito dos estudantes.¹³

1.3. General Obligations and Duties of a Teacher

Estes são subdivididos em afazeres relacionados: a – com a prática escolar; b – com a imagem do professor na sociedade.

1.3.1. Questões ligadas às normas em relação às tarefas dos professores, na prática, são as seguintes: 1 - término e conservação dos registros da escola; 2 – aulas de religião; 3 - observância dos deveres religiosos relativos ao cargo do professor; 4 – deveres

¹¹ Ibid.

¹² Cf. G. Venthyllos, “*Thesnologion*” (legislação) da educação primária proposta e aprovada no setor de reações internacionais por George Venthyllos, secretário da Class “A” do ministério no período interino da Educação Primária. 1833-1883, primeiro volume, em Atenas, 1884, p. 1-45.

¹³ D. E. Kolokousas, *Practical Guide of Teaching in Athens*, 1884, p. 17.

dos professores nas avaliações dos alunos; 5 – os relatórios enviados ao ministro; 6 – importância do cumprimento dos horários da escola.¹⁴

1.3.2. Professores devem receber proventos de acordo com o padrão da época, normas e comportamento social, mesmo no trabalho extracurricular: “Nos banquetes, professores nunca deviam se esquecer de sua função social. Eles não deviam encorajar brincadeiras ou participar de discussão que fosse obscena ou pouco razoável.”¹⁵

O Estado advertia os professores primários, para que ensinassem com a cooperação dos pais para o bem das crianças: “*Um respeitável padrão de piedade e de correção junto dos nossos estudantes (...) fomenta o respeito às normas, às pessoas e à administração da justiça na escola regular e, nas visitas à Igreja, um empenho pelo alcance da meta do amor pela pátria e pelo zelo de estar servindo.*”¹⁶

2. Com respeito ao trabalho das professoras

2.1. Treinamento de uma professora no século XIX

No Estado grego, não havia regulamentação para a formação de professores até 1834. Escolas para moças eram raras e as professoras escolhidas passavam por um processo seletivo¹⁷. Em 1836, o vazio existente na função docente foi preenchido com a criação da entidade “Amigos da Sociedade Educacional”, cuja finalidade era preparar as jovens para o magistério.¹⁸ A unidade mais avançada da Escola de Professoras, pertencente “*Friends of Educational Society*” (Ensino) foi criada em 1842 e em 1861 reconhecida pelo Estado como Escola de Treinamento de Professores.¹⁹ Os estudos nessa escola duravam 4 anos e aqueles graduandos que quisessem prosseguir estudos seriam examinados por uma Comissão da Escola de Treinamento Real.²⁰ Os exames são feitos pelas candidatas sob a direção de um comitê que apontado pelo Estado.²¹

¹⁴ Características nas circulares do inspetor geral da escola primária, N. Chalkpoulos, em 14 de abril de 1888, diz: “Muitas vezes no passado, professores não cumpriam seu dever, p. ex., não registrando as notas dos alunos. Lições não eram acompanhadas pelos alunos e não começavam da base mesma. Mais especificamente, alguns eram irresponsáveis, delegando tarefas e indo para o bar ou café. Às vezes, ficavam cuidando de seus próprios interesses, sem que tivessem permissão para tal. Cf. G. Venthyllos, “*Thesmologion*” (legislação) da Educação Primária preparada e publicada pelo Ministério de Afazeres Eclesiásticos e George Venthyllos, Secretário da primeira série no mesmo ministério na divisão interinada Educação Primária. 18833-1883, vol. D’em Atenas, 1884, p. 120-121.

¹⁵ P. I. Klados, *ibid*, p. 655.

¹⁶ G. Venthyllos, *ibid*, “*Medidas para melhorar a as~ude mental das crianças*”, t. D’, p. 124.

¹⁷ Cf. S. Ziougou-Karastergiou, *Secondary Education (...)*, *ibid*, 147-148.

¹⁸ As escolas de Atenas de Formação de Professores “*Friends of Educational Society*”, embora fosse recomendada, sobretudo, para professoras, em seu terceiro encontro, decretou que nenhuma recaída da educação seria aceitável, seja de origem interna ou externa (...). Cf. *Regulation of the Athens School of Teaching of “Friends of Educational Society”*, Athens 1842, Artigo 1, p. 33.

¹⁹ Cf. S. ziougou-Korastergiou, *Secondary Education (...)* *ibid*, 148.

²⁰ Cf. G. Venthyllos, “*Thesmologion*” (legislação) da Escola Primária (...), *ibid*, vol. A’ part b’, p. 74-75.

²¹ Por exemplo, nós nos referimos ao decreto de 1888 do Ministro da Educação P. Manetas: “(...) Os candidatos são examinados por um comitê assim composto: pelo inspetor geral de escolas primárias, por dois professores de filosofia ou de teologia da Universidade Nacional, pelo diretor da Escola de Formação de Professores ou pelo diretor de uma escola secundária ou da associação de professores “*Friends of Educational Society*”, da qual somente 3 têm o direito de voto, aprovado pelo Ministério da Assuntos Eclesiásticos e Educação Pública, dentre os seis propostos pelo diretor da sociedade. Em vez de professores da Universidade Nacional, podem realizar o exame sob a guarda de Corfu, dois professores da

É importante ser notado que a “*Friends of Educational Society*” pouco se empenhava para que fosse realizado o exame de professora, porque ela tinha a “Girls Primary School”²², na qual as professoras tinham papel profissional.

Embora no século XIX houvesse a percepção entre alguns cidadãos de que as moças não precisassem de educação escolar, não havia uma linha divisória que separassem professores e professoras na educação. Em casa, o papel da mulher era muito claro; na escola, a separação dos papéis não era tão rígida.²³ De modo semelhante, a educação para mulher sempre existiu em diferentes escolas de homens e em diferentes currículos diferentes..²⁴

Depois do fechamento da Escola para Professores de Atenas (1864), a Escola para Formação de Mulheres também foi fechada.²⁵ Em 1867, O ministro da educação, C. Christopoulos reconheceu a escola feminina “Friends of Educational Society” como a “School of Women Teachers.”²⁶ Em 1893, o ministro da educação Ath. Efxias publicou o primeiro currículo completo e cursos para a escola de formação de professoras,²⁷ o qual, as escolas privadas de formação de professoras eram obrigadas a seguir, se quisessem que suas alunas pudessem fazer o exame para a obtenção do diploma de professora. Em 1896, o ministro da educação. Petridis reconheceu que as escolas de formação de professora “Friends of Educational Society”, em Atenas, “Patra and Corfu” como Female Teachers College.²⁸ O currículo das escolas de professoras foi reformado pelo ministro da educação Aa. Panagiotopoulos em 1897.²⁹

A escola “*Friends of Educational Society*”, contudo, não conseguiu alcançar seu objetivo – treinamento simultâneo de donas de casa e de professoras – em razão do que não pôde evitar uma intensa crítica.³⁰ Em seu relatório, “Professor de Pedagogia”, em

escola de professores,, bem como de não professores da Escola de “Friends of Educational Society” (...). Cf. a Presunção de 62 in: S. Bouzakis & Ch Tzikas, *Training of male and female teachers and Kindergartens teachers in Greece, Gutenberg*, Athens 1998, p. 236-237, aqui Artigo 7, p. 236.

²² “ (...) Uma terceira e bem importante vantagem, a qual completa a força da “Friends of Educational Society” é a introdução do padrão escolar para professoras. O governo mantém bolsas e crédito para a formação das professoras no mesmo nível daquelas oferecidas para a formação de professores (...). Cf. J. Kokkonis, *Exposition of the acts of the Board of the “Friends of Educational Society”, feitas na Segunda Assembleia Geral, Atenas 1837*, p. 13-14.

²³ Cf. A. Bakalaki & E. Elegmitou, *Education in its own house and women’s tasks. From the Establishment of the Greek State to the Educational reform of 19129*, Historical Archive of Hellenic Education- General Secretariat of Youth, Athens 1987.

²⁴ Por exemplo, S. Ziogou-Korastegiou, *Prudent ladies and excellent mothers” (...) Targets of Girls’ Schools of educators and educational policy in the XIX century*, in: S. Ziogou-Karastegiou, *Exploring gender: Historical dimensions and contemporary thinking in General, Professional and Continuing Education*, Vaniias (ed). Thessaloniki 2006, p. 129-169. Cf. Também S. Ziogou-Korastegiou, *“The story of women teachers in the XIX century and early XX century: Greek women pioneer educators, their role and contribution to education and society*

²⁵ Cf. *Proceedings of the Friends of Educational Society of the Year 1866*, Athens 1866, p. 18.

²⁶ Cf. G. Venthyllos, *Thmologian (legislation) of Primary Education....*, ibid., vol. A’, parte B’, p. 79.

²⁷ Cf. itens 76e 77 in: S. Bouzakis – Ch Tzikas, *Training of Teachers and Females Teachers*, ibid., p. 275-288.

²⁸ “... Artigo 1: Antes da adoção pelo Estado de escolas para formação e treinamento de professoras foram reconhecidas pelas escolas “Friends of Educational Society”, localizadas em Atenas - como equivalentes às Female Teachers Schools – duas delas – escolas diurnas e internato, como o caso de Corfu and Patra. Todas essas eram controladas pelo Inspetor Geral...”. Cf. Presumption 86 in: S. Bouzakis – Ch Tsikas, *Training of Teachers and Female Teachers....*, ibid., p. 301-302.

²⁹ Cf. Presumption 92 in Bouzakis – Ch Tzikas, *Training Teachers and Female Teachers ...*, ibid., p. 305-307.

³⁰ Para maiores detalhes, cf. S. Ziogou-Karastegiou, *Secondary Education ...*, ibid., p. 159-160.

1890, Ar. Sphatakis detalhou como as “Arsakios” (escolas de formação de professoras) deveriam contribuir para melhorar a qualidade da educação de professoras na Grécia.³¹

No século XIX, a necessidade de uma organização sistemática da educação feminina tornou-se um imperativo. No evento “First Greek Educational Conference” em 1904, estiveram presentes 155 representantes femininas.³² Contudo, persistia a visão, segundo a qual, a educação das professoras devesse ser compatível com os deveres de dona de casa, fato que não era congruente com a formação que se oferecia aos jovens professores.

2.2. Sobre o comportamento das professoras – advertências

No que diz respeito à questão do comportamento das professoras, o ministro da educação afirmava que, de modo geral, esperava-se das professoras condutas compatíveis com o papel social. Mais especificamente:

2.2.1. Na carta circular do ministro Ch. Christopoulos, em 12 de março de 1856, considera-se importante a docilidade feminina “... A moça educada e a filha serão sempre prestativas e gentis, assim como a esposa e a mãe, sempre valorizadas, mas acima de tudo como dona de casa...”³³ Observamos que o Estado funde os benefícios da educação para professora com os benefícios da educação para dona de casa, isto é, os papéis de filha, mãe, esposa, mãe e dona de casa.

2.2.2. Em uma circular de 1872, o ministro da educação, D. Mavrokordatos admitiu a inferioridade da mulher e recomendou às jovens professoras que siguissem os princípios da pedagogia pelo resto de sua vida.³⁴ Para o Estado, ficava claro que a profissão de professora requeria um cuidado e um amor especial pela criança, pois esse era um trabalho de responsabilidade social.

2.3. Responsabilidades gerais das professoras

Esta categoria enumera exemplos de deveres das professoras ou diretoras de escolas, os quais, de maneira muito regulatória, os definem em detalhes:

Funções do diretor da escola “Friends of Educational Society”, conforme o

³¹ Cf. “Arsakeion in July 1890”, in: *Annex of Teacher Bills, s/d, p. 185.*

³² Cf. A. Fotiadis, “*First Hellenic Educational Conference – Athens, from March to April. The contradiction of the training request in the first decade of the 20th century*”, Kyriakidis Brothers Publications, Thessaloniki 1998, p. 74-90 e 225-257. Cf. também Z. Ziougou-Karastergiu, “Women’s education in the reform of Eleftherios Venizelos”, in National Research Foundation “Eleftherios K. Venizelos”, The Education policy in the years of Eleftherios Venizelos, Proceedings of a Conference, Greek Letters (publications), ATHENS 2007, P. 303-326.

³³ Cf. “Sobre o treinamento futuro das professoras e sobre a expansão do programa”, carta circular do ministro Ch. Cristopoulos, 12 de março de 1856.

³⁴ “Respeitadas jovens, é importante que vocês continuem acima de todo e de qualquer comentário. Deus criou vocês mais fracas e mais suscetíveis que os homens. Contudo, mesmo com essas limitações, vocês foram feitas especialmente para o ensino e a afeição das crianças. O ensino das crianças, a mais importante das tarefas, não tem sido conduzido a bons termos. Vocês devem entender que os homens foram feitos para trabalhar fora de casa e as mulheres foram criadas para o lar. Essa ocupação sagrada deve brilhar como uma virtude. Uma mãe rodeada de crianças educadas é um exemplo a ser admirado. Essas regras devem ser estudadas e respeitadas e passadas para a sociedade. Essas reflexões devem ser compartilhadas com seus alunos”. Cf. To the Teachers. Com respeito aos seus comportamentos, admoestações. Parliamentary Circular, of D.S. Mavrokordatos, 12 de setembro de 1872.

regulamento: b – supervisionar e inspirar o sentido de piedade das meninas, no atendimento às orações, de acordo com a igreja ortodoxa; ... e – Procurar respeitar o desenvolvimento moral das jovens, incentivando seu aperfeiçoamento; ... f – Para ser sempre lembrado em ocasiões que pudessem edificar a conduta das jovens, com afeição maternal e gentileza cristã.”³⁵

É compreensível que a professora e a diretora, no século XIX, tivessem um papel mais amplo que aquele relativo à sala de aula. Percebe-se que o trabalho era difícil e composto de vários níveis.

Conclusões

De acordo com a legislação, uma professora efetiva precisava ter uma formação científica e teórica especial, preparação pedagógica e prática, assim como edificação moral em sua personalidade. Mais ainda, ênfase é colocada no treinamento e na preparação da professora para vida escolar. Por essa razão, atenção especial foi dedicada ao treinamento das professoras, utilizando monitoramentos, planejamento de padrões exemplares de ensino em escolas de meninos e de meninas.

O perfil do treinador incluía aspectos que são relacionados com a personalidade e o comportamento. As características do “professor moral” podiam ser resumidas da seguinte maneira: “... O professor, sobretudo nesses tempos difíceis, deveria ser cuidadoso, quando admoestar. Ele deveria ser cristão e honesto, severo com a moralidade, modesto com os prazeres, são e sóbrio em suas paixões, cauteloso em suas palavras, pensamentos e ações. ...”³⁶ Com paciência, diligência e modéstia, o patriotismo e a religiosidade seriam básicas entre as características do professor. As condições sociais e a realidade política induziam ao alargamento das funções docentes. O estado grego do século XIX fomentava essa forma de desenvolvimento durante décadas.

Baseado em textos do século XIX, a professora deveria receber uma educação especial e treinamento teórico e prático, assim como formação ética. Ênfase era dada também à emoção e feminilidade. Acreditava-se também que os valores morais do magistério feminino devessem alcançar não só a prática, mas também a educação física, intelectual e moral das estudantes, como uma continuação do papel de mãe. Os textos legais propunham que a professora, um parâmetro de boa mãe, esposa e dona de casa, fosse o principal objetivo da educação na Grécia no século XIX.

Sob essa legislação, as virtudes da professora incluíam: forma física, discrição, decência, diligência, consciência, sinceridade, justiça, sobriedade, amor pelo seu trabalho e pelos alunos.

*Recebido em setembro de 2013
Aprovado em janeiro de 2014*

³⁵ Cf. Regulations of the Athens Teachers School of “Friends of Educational Society”, Athens, 1842, p. 17-19.

³⁶ (Nenhum autor). “Com relação aos deveres especiais do professor e seu desempenho, dos quais depende o sucesso de seu trabalho, “The Educator”, ano A’, número 1 e 2, 31/01/1889, p. 56.